

TERRITÓRIO E REDES: ANÁLISE DO TRADE OFF ENTRE O TURISMO E O AGRONEGÓCIO DO COCO NO LITORAL NORTE DE ALAGOAS

Kellyane Pereira dos Anjos Gonçalves

kellyane.anjos@gmail.com

Thassia Ramalho Perciano da Silva

thassia_r@hotmail.com

André Maia Gomes Lages

andre_lages@msn.com

Luiz Fernando de Oriani e Paulillo

dlfp@ufscar.br



Este artigo tem como objetivo investigar se ocorreu um trade off entre a expansão do turismo e a redução das tradicionais áreas de coqueirais no litoral norte de Alagoas. A metodologia de pesquisa constitui-se em uma abordagem qualitativa através de entrevistas exploratórias a agentes que atuam tanto na atividade turística quanto na cocoicultura e revisão de literatura, utilizando como aporte teórico abordagens sobre território e territórios-rede. Constatou-se que o agronegócio do coco reduziu consideravelmente suas atividades, ao mesmo tempo em que o turismo desponta como mais competitivo nessa região, identificando, assim, um possível trade off entre estas duas atividades econômicas.

Palavras-chave: Território-rede, cocoicultura, turismo, Governança

1. Introdução

Este artigo tem como objetivo geral investigar se ocorreu um *trade off* entre a expansão do turismo e a redução das tradicionais áreas de coqueirais no litoral norte alagoano. A análise da dinâmica da região terá como aporte teórico as abordagens sobre território e territórios-rede.

A metodologia de pesquisa constitui-se em uma abordagem qualitativa através de revisão de literatura e entrevistas exploratórias a agentes que atuam tanto na atividade turística quanto no agronegócio do coco.

O intuito é contribuir com o atual interesse de pensar atividades econômicas detentoras de poder de tomada de decisão virando assim agentes transformadores de territórios, tornando relevante avaliar estratégias que procurem equilibrar os interesses de vários grupos econômicos.

O artigo está estruturado em cinco seções, após esta introdução aborda o referencial teórico sobre territorialidade relacionando ao conceito de território-rede. Na seção três apresenta um panorama das duas atividades econômicas objeto deste estudo, o turismo e a cocoicultura. Em seguida, traz os resultados e discussão. A última seção faz as considerações finais.

2. Territorialidade e os territórios-rede

O termo território está presente nas questões relacionadas aos processos de produção e apropriação de locais. Conforme Santos (1988) a definição de território é abrangente e multidimensional, pois, não se considera apenas o espaço físico geográfico (solo, clima, vegetação) para sua delimitação. Consideram-se também os aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais. Nessa concepção, o território passa a ser uma construção do ser social. Em outras palavras, são as relações sociais que se desenrolam nos locais habitados que constituem os territórios, sejam relações materiais ou simbólicas.

De forma complementar, Haesbaert (2007) afirma que o território possui duas concepções essenciais: a primeira trata-se da sua aceção pela apropriação dos meios físicos pelos seres humanos, que fazem e refazem materialmente o território; a segunda aceção é dada pela dominação político-econômica, compreendidas como os valores simbólicos que se constroem no território, pelo poder dos homens de defender seus interesses com bases em suas atividades políticas (organização territorial) e econômicas (lucros obtidos pelo uso do território).

Entretanto a discussão é ainda maior. Conforme Santos (1988), o território é mutável, pois o ser humano e suas atividades sociais são mutáveis. Assim as manifestações sociais produzem

e reproduzem diferentes territórios. E é nesta perspectiva que surge outro termo teórico indispensável que é a noção de territorialidade.

De acordo com Haesbaert (2008), a territorialidade é constituída pelo cotidiano que vai sendo desenvolvido ao passo que as relações humanas se estabelecem em um lugar. Com base nos recursos disponíveis, as sociedades constroem a sua territorialidade. É possível considerar tais recursos como financeiros, institucionais, jurídicos, tecnológicos, etc. (PAULILLO, 2000). É o caso do tirador de coco que, por exemplo, ao longo dos anos estabelece uma rotina e uma relação específica no território no qual frequenta e assim constrói sua territorialidade. Ou o caso do turismo que é mais complexo por envolver muitos e distintos atores que fazem a atividade turística como segmentos relevantes dos ofertantes dos serviços turísticos, segmentos do varejo, entre outros da iniciativa privada, poder público, turistas, residentes. Dependendo de como a atividade seja instalada em um local ela pode reorganizar o território preexistente exercendo sobre ele uma nova territorialidade (RODRIGUES, 2006). Portanto, cada territorialidade possui formas organizacionais diferenciadas, pois acima de tudo elas respeitam as especificidades de cada relação social ou econômica.

De acordo com Haesbaert (2007), no campo social e econômico, as corporações estão cada vez mais integradas e organizadas em redes, para dominar um determinado território. Para o autor, há territorialidades precariamente constituídas, ou seja, que ao longo dos anos perdem de fato o controle sobre o território o qual se desenvolveu. É a partir desse ponto que o território passa a ficar vulnerável a qualquer outra forma de organização que se sobressaia a ele. Assim irá se reconstituir, ou será novamente territorializado e terá nova função social e econômica. Dessa forma, a territorialidade deve ser entendida também na forma como se apropria de determinado território.

Percebe-se que as questões sobre território-rede alargam as reflexões sobre as redes de poder da ciência econômica. Essa questão está relacionada ao uso do território como uma relação de poder. Referente à acepção do território pela dominação política econômica já mencionada. Neste sentido, chega-se à constatação que as mudanças que levam à reorganização territorial são consequências do poder exercido pelos sujeitos que querem ‘controlar’ um determinado território, assim como claramente expõe Haesbaert (2007) “os territórios [...] devem ser distinguidos através dos sujeitos que efetivamente exercem poder, que de fato controlam esse(s) espaço(s) e, conseqüentemente, os processos sociais que o(s) compõe(m)”. O território é, portanto, repleto de múltiplas manifestações e poderes que ora se interligam, ora se sobrepõe. Em outras palavras, o território é formado pelos sujeitos que os constroem “sejam eles indivíduos, grupos sociais, culturais, o Estado, empresas, instituições como a Igreja etc.” (HAESBAERT, 2007).

A rede significa na visão de Santos (1988) conectividade. Promove intercâmbios e pode alterar situações, pois, há uma grande circulação entre fluxos e fixos que tem alcance local, regional, nacional ou global. Decorrente da rapidez de trocas entre os fluxos a rede implica um espaço integrado e fluido (SANTOS, 1988). O refazer do território varia muito de acordo com os fluxos, sejam de mercadorias, imigrantes, informação, capital (HAESBAERT, 2015). Os fixos estão presentes nas esferas sociais e econômicas e fazem parte do modo de vida da sociedade vigente, sejam eles criados por iniciativas públicas ou privadas, se desenvolvendo de diversas maneiras (SANTOS, 1988).

A interseção entre rede e território, apontada por Haesbaert (2015), desenrola-se conforme a presença de: “redes mais extrovertidas que, através de seus fluxos, ignoram, ou destroem fronteiras e territórios [...] e de outras que, por seu caráter mais introvertido, acabam estruturando novos territórios, fortalecendo processos dentro do limite de suas fronteiras sendo, portanto, territorializadoras (HAESBAERT, 2015).

Temos assim que as redes podem conectar vários ou múltiplos territórios ao mesmo tempo sem necessariamente haver deslocamento físico (HAESBAERT, 2007). De um lado os territórios conectados em redes facilitarão o planejamento territorial e a otimização dos benefícios da atividade econômica desenvolvida (como a cocoicultura ou o turismo). Por outro lado, a ação das corporações produzindo territórios-rede pode ocorrer “de forma seletiva e dupla, pois conecta os agentes vinculados à sua lógica de reprodução do capital e ao mesmo tempo desconecta os agentes que não se enquadram nessa lógica” (BRAGA, 2010).

Portanto é importante compreender as articulações entre diferentes territorialidades para entender como os atores se multiplicam e tem o poder de organizar a vida econômica de determinados territórios e quais as implicações dessa nova organização para as atividades preexistentes.

3. Dinâmica do turismo e da cocoicultura no litoral norte alagoano

3.1. Estrutura e evolução da cocoicultura

O coqueiro é cultivado principalmente em regiões tropicais por mais de noventa países, a maior parte destes comercializam o óleo de coco. Os cinco principais países produtores respondem por aproximadamente 82% da quantidade produzida. O Brasil é o quarto maior correspondendo a 5% da quantidade mundial, ficando atrás da Indonésia, Filipinas e Índia (FAO, 2016). A maior parte da produção está concentrada na região Nordeste, no entanto, as regiões Norte e Sudeste aumentaram substancialmente as suas participações nacionalmente. No ano de 2015 a produção brasileira foi da ordem de 1,9 bilhão de frutos, sendo os cinco

maiores Estados produtores Bahia, Sergipe, Pará, Ceará e Espírito Santo, já em 1990 os principais Estados foram Bahia, Ceará, Sergipe, Pará e Alagoas (IBGE, 2018).

Em Alagoas, a área com coqueirais está concentrada na mesorregião Leste, estendendo-se ao longo de todo o litoral, compondo a paisagem turística do Estado. Apesar da expansão da área destinada à colheita em Alagoas, sua participação na produção nacional caiu de 9,13% em 1990 para 3,46% em 2016. Isso pode ser explicado, dentre outros fatores, pelo maior direcionamento para a produção de coco seco através da manutenção dos coqueiros gigantes com baixo volume de investimentos em renovação do plantio e na baixa utilização das novas tecnologias de produção. Não deve ser desprezado também o fato de muitos produtores terem se sentido desestimulados através da baixa remuneração recebida em contradição ao peso dos impostos. De acordo com distintas características socioeconômicas é possível identificar dois territórios produtivos nesse Estado: o litoral norte e o litoral sul. Neste estão instaladas as duas principais cooperativas processadoras de coco. Nos municípios alagoanos de Feliz Deserto, Penedo e Coruripe estão terras da Cooperativa Pindorama, com imponente sede localizada nesse último. Já no município de Piaçabuçu está localizada a Cooperativa dos Agricultores Familiares e Empreendimentos Solidários (Coopaiba), e também uma indústria processadora no município de Feliz Deserto, a Incoco. Já no litoral norte, observa-se a falta de investimentos nessa atividade que já foi uma das mais importantes da região e onde está localizado o maior município produtor de coco do Estado, Maragogi. Conforme Tabela 1, na comparação entre os anos de 1990 e 2016 é possível observar o declínio da atividade na região em termos tanto de quantidade produzida quanto de área e produtividade agrícola. De acordo com Cuenca e Nazário (2003), os coqueirais estão concorrendo com os empreendimentos turísticos e loteamentos imobiliários devido à valorização das terras dessa região. A maior proximidade de Recife, sendo as praias dessa microrregião de preferência de muitos pernambucanos, fez esse processo ser mais acelerado em relação ao litoral sul.

A microrregião do Litoral Norte Alagoano é formada por cinco municípios: Maragogi, Japaratinga, Passo de Camaragibe, Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres. A atividade do coco figurou como uma importante atividade alternativa a exploração canavieira na formação histórica e socioeconômica de municípios dessa microrregião. “(...) nas áreas costeiras, os residentes desenvolveram territorialidades moldadas principalmente pela atividade pesqueira e de retirada do coco, utilizando assim os recursos naturais disponíveis no lugar” (SILVA, 2016). Segundo relatos de produtores, o valor das terras na região já chegou a ser estimada em função da quantidade de coqueiros, assim, as negociações eram pautadas na qualidade percebida dessa palmeira (SILVA, 2016).

Tabela 1 – Quantidade produzida de coco (toneladas), área colhida (ha) e produtividade (frutos/ha) em Alagoas e microrregião do Litoral Norte Alagoano, 1990 e 2016

Região	1990			2016		
	Quantidade Produzida	Área colhida	Produtividade	Quantidade Produzida	Área colhida	Produtividade
Alagoas	67.050	15.820	4,24	75.136	17.906	4,20
Litoral Norte	21.909	5.439	4,03	16.000	5.038	3,18
Maragogi	5.894	1.388	4,25	4.560	1.590	2,87
Japaratinga	3.674	870	4,22	3.290	1.040	3,16
Passo de Camaragibe	3.651	821	4,45	3.376	875	3,86
Porto de Pedras	4.275	1.237	3,46	2.098	668	3,14
São Miguel dos Milagres	4.415	1.123	3,93	2.676	865	3,09

Fonte: PAM/IBGE (2018)

Dada o contexto de crise da produção alagoana frente ao cenário nacional, há indícios de que os agentes da cocoicultura do litoral norte alagoano encontraram na expansão do turismo da região uma alternativa econômica, desestimulando mais ainda o investimento na cocoicultura o que pode estar contribuindo para o abandono dos coqueirais e para a cessão desses espaços para os empreendimentos turísticos.

3.2. O desenvolvimento do turismo no litoral norte de Alagoas

O turismo no Brasil tem destinado parte significativa de suas atividades na zona costeira. A região Nordeste tem presença marcante nisso pela extensão de seu litoral, o maior do país, e a diversidade de sua oferta turística, atraindo investimentos nacionais e internacionais (ARAÚJO; MOURA, 2007). Concomitantemente, surgem outras ofertas de serviços que, na realidade, interagem com as atividades turísticas, criando condições para que elas ocorram. É por isso que o turismo tem grande potencial de incentivar uma urbanização nos locais onde se instala. Pois, além dos meios de hospedagens, cria-se todo um aparato para dar suporte a atividade como os meios de restauração (que diz respeito ao descanso e alimentação); ampliação da rede de transporte, iluminação, segurança; e outras ofertas de lazer, conseqüentemente, modificando a realidade das comunidades residentes (CRUZ, 2002). Portanto o turismo também é capaz de reorganizar territórios, criar novas territorialidades e estabelecer redes de poder para se manter competitivo no mercado (RODRIGUES, 2006).

Para os fins deste artigo, identifica-se que no litoral norte de Alagoas há um grande número de empreendimentos relacionados a atividade turística e vários outros que fazem parte do setor de serviços que se desenvolvem de maneiras distintas, reorganizando em menor ou maior grau as territorialidades preexistentes. De maneira geral, a maior parte do litoral norte

alagoano agrega predominantemente o turismo de massa. Pode-se atribuir esse fato principalmente às características naturais da região – praias, recifes de corais, coqueirais, etc. –, que fazem parte dos atrativos turísticos locais, e também ao incentivo do Polo de Turismo Costa dos Corais (PTCC). O PTCC foi criado pelo Governo Federal com o intuito de fomentar o desenvolvimento da atividade turística na região através de um programa de financiamento para os estados e municípios que compõem este polo (CRUZ, 2002). A influência dessa oferta de turismo marcada por empreendimentos como redes de hotéis internacionais e *resorts* se espalhou principalmente nos municípios litorâneos de Maceió, Japaratinga e Maragogi (ARAÚJO; MOURA, 2007).

Nos trechos menos urbanizados do litoral, especificamente em Passo de Camaragibe, São Miguel dos Milagres e Porto de Pedras, que também fazem parte do PTCC, existe uma oferta turística diferenciada, que se desenvolve num trecho conhecido localmente como Rota Ecológica, composto por pousadas, que se assemelham muito às chamadas “Pousadas de Charme”. Tais pousadas apresentam características peculiares: sofisticação, requinte, tranquilidade, pequena escala, e uma suposta busca de práticas sustentáveis. Com relação a Rota Ecológica, se identificou que o turismo de pousadas só veio aparecer nos anos 2000, sendo considerado um fenômeno recente quando comparadas com o turismo de massa no restante do litoral norte de Alagoas, pois em outros municípios como Maceió, por exemplo, nessa mesma data a cidade já estava com seu turismo consolidado. O tipo de turismo da rota ecológica é uma territorialidade, uma forma de apropriação do território, mas vulnerável.

Em toda a costa alagoana identifica-se também pousadas de pequenos empreendedores, casas de veraneio e dentre tantas outras infraestrutura de restauração, hospitalidade e acesso que estão direta ou indiretamente ligadas ao turismo. O fato que se verifica é de que o turismo desponta como uma alternativa econômica viável em todo o trecho do litoral norte de Alagoas, independente da forma como ele vem sendo instalado. É por isso que, hipoteticamente, a compra de terrenos com coqueiros venha sendo substituída por uma nova territorialidade. Aparentemente, os investidores da atividade turística estão mais articulados e possuem mais incentivos. Caetano e Santos (2011) mencionam que, em muitos casos, os terrenos desconsiderados por habitantes locais passam a ser interesse de outras classes sociais com visões mais amplas de mercado. Como é o caso dos empreendedores turísticos ou imobiliário que buscam a valorização do terreno beira-mar.

4. Trade off entre o turismo e a cocoicultura

Silva (2016) apresenta relatos de produtores de coco que afirmam que até meados da década de 1990 não havia interesse em terrenos às margens da praia devido ao risco de prejuízos aos

coqueirais. Porém, ainda segundo Silva (2016), o sentido exclusivo para o trabalho na constituição das territorialidades em torno da praia passou a ser substituído pelo lazer com o advento das atividades turísticas. Dessa forma, a atividade econômica do coco, que já foi considerada uma das mais importantes da Rota Ecológica, perdeu importância econômica com a chegada das pousadas, resultando em menor exploração dessa cultura (SILVA, 2016). Neste mesmo trabalho há relatos de produtores que atribuem a queda da cocoicultura à chegada do turismo na região.

De acordo com o representante da Associação dos Produtores de Coco de Alagoas (Prococo) houve uma redução nas áreas de coqueirais do litoral norte alagoano devido à expansão de empreendimentos turístico e imobiliários, especialmente em destinos turísticos como a Rota Ecológica (GAZETA DE ALAGOAS, 2016). Nesta, a Prococo afirma que a cocoicultura tem perdido mão de obra para o turismo, visto que é mais vantajoso economicamente para o tirador de coco trabalhar na rede hoteleira.

Não deve ser desprezado, no entanto, o intenso turismo de massa que caracteriza a expansão do turismo em Maragogi e Japaratinga. Ao contrário dos municípios da rota ecológica, esses ficam nas margens da rodovia AL 101 norte. A presença da rodovia ajudou a induzir a forma de turismo de massa nesses dois municípios, gerando forte especulação imobiliária no período recente.

Por outro lado, Silva (2016) atribui a decadência da cocoicultura no litoral norte à falta de competitividade da região frente a concorrência externa, e aponta a expansão do turismo como uma solução para muitos agentes que trabalhavam na atividade do coco. Assim, afirma que “(...) a concorrência externa e até mesmo de outros estados brasileiros, fez com que os preços do coco ficassem muito baixos em Alagoas, diminuindo o interesse dos proprietários de terras ocupadas por coqueirais que vêm a venda dos terrenos para as pousadas e demais atividades turísticas como uma opção muito lucrativa (SILVA, 2016). Neste, há relatos de tiradores de coco que encontram maiores vantagens em prestar serviços para a rede hoteleira como garçons e recepcionista de pousada.

Em entrevista ao presente artigo, um grande empresário alagoano do setor de turismo, e que possui fazendas de coco no litoral norte, afirmou que mantém os coqueirais não como atividade econômica, mas como composição do cenário turístico, da beleza da paisagem. Afirmou, ainda, que hoje em dia não é lucrativo atuar com a produção de coco na região.

Silva (2016) destaca o papel da formação histórica, socioeconômica e cultural de alguns municípios do litoral norte de alagoas na sua organização territorial expressa nos “usos, interesses, relações de poder, paisagem e cotidiano que precede a chegada do turismo e que este vai, em maior ou menor grau, reorganizar” (SILVA, 2016). Em relação à Rota Ecológica,

destaca aspectos institucionais na constituição da territorialidade dessa região como a criação de marcas simbólicas entre os nativos e a criação e recriação dos locais, além do compartilhamento da cultura (SILVA, 2016).

Com foco no fomento à exploração das características locais pelo turismo, o governo estadual identificou o Arranjo Produtivo Local (APL) Turismo Costa dos Corais, composto pelos municípios de Barra de Santo Antônio, Paripueira, Porto Calvo, Japaratinga, Maragogi, Passo de Camaragibe, São Miguel dos Milagres e Porto de Pedras. Esse arranjo passou a ser fomentado em 2004, tendo como iniciativa reunir e integrar políticas que produzam destinos turísticos consolidados e sustentáveis, desenvolvendo e fortalecendo associações e cooperativas, fomentando a capacidade empreendedora dos empresários da região (SEPLANDE, 2010).

O APL, no entanto, deve proceder uma governança diferenciada diante dos diferentes tipos de turismo que existem no seu escopo, caracterizando as diferentes territorialidades e redes correlatas nos dois casos citados acima. Diante de um território em evidente transição com mais turismo e menos produção de coco. Além disso, o desenvolvimento sustentável deve fazer parte desse processo com evidente construção no mapa institucional.

Além disso, o litoral norte alagoano conta com a Associação dos Hotéis, Pousadas e Trade Turístico do Litoral Norte do Estado de Alagoas – AHMAJA. Criada para organizar e fortalecer o setor hoteleiro na região da Costa dos Corais, esta associação busca também formas organizadas de atender aos visitantes e procura contribuir para o desenvolvimento sustentável do turismo.

Inúmeras políticas também são instrumentos que tentam ajudar no planejamento da atividade do turismo em alagoas como um todo, a saber: Plano Nacional do Turismo- PNT; Programa de Regionalização do Turismo – PRT; Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT; Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS.

Tais dinâmicas desenvolvem a compreensão de que este sistema de dependência entre os atores da atividade turística sejam públicos ou privados, articulam e exercem maior poder sobre o território litorâneo de alagoas. Dinamizam tanto no sentido material com a ocupação de terrenos preexistentes desconsiderados por outras atividades, como no sentido simbólico de dominação econômica.

5. Considerações finais

O estudo constatou que há um possível *trade off* entre o agronegócio do coco e o turismo no litoral norte de Alagoas, com este último despontando como a atividade econômica mais

viável para a região. Notadamente, a atividade turística vem sendo prestada de forma intencional, ou seja, existem agentes privados e públicos que estão empenhados na promoção dessa atividade, ainda que em alguns trechos tenha um desenvolvimento mais lento. Inclusive, o turismo na região conta com uma estrutura de governança bem articulada. Muitos dos agentes envolvidos não só adquirem as antigas terras de coqueirais, como também incentivam os residentes a se capacitarem em algumas áreas de serviço turístico. Há de se destacar também a expansão dos empreendimentos imobiliários.

Por outro lado, o agronegócio do coco reduziu consideravelmente suas atividades no litoral norte alagoano. Além do problema de concorrência externa, identificou-se que a estrutura de governança da cocoicultura é pouco articulada, não havendo planos, estratégias e medida direcionadas exclusivamente à cocoicultura. Isso dificulta, ou até mesmo inviabiliza, o desenvolvimento dessa atividade no Estado. Até mesmo determinadas áreas preservadas de extensos coqueirais passaram a ter valor simbólico, se tornando uma paisagem de admiração para o turista.

Apesar do aparente *trade off* entre o turismo e o agronegócio do coco no litoral norte de Alagoas, percebe-se que há um dilema sobre a cocoicultura: é possível que ambas as atividades possam coexistir? Teria sido uma oportunidade renunciada? Como ficaram os pequenos produtores de coco? Estas questões refletem a importância de pensar como as entidades estão articuladas em redes para manter o controle sobre sua atividade econômica. Concluímos ainda que este artigo é de caráter exploratório e pretende ampliar a discussão sobre estruturas de governanças mais adequadas que procurem garantir uma competição harmoniosa entre a tradicional atividade do coco e a notável aptidão da região para as atividades turísticas.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Lindemberg Medeiros; MOURA, Flávia de Barros Prado. A expansão do turismo na zona costeira nordestina: crescimento econômico, degradação ambiental e erosão cultural. In.: CORIOLANO, L. N. M. T. VASCONCELOS, F. P. (Orgs.). **O turismo e a relação sociedade-natureza: realidades, conflitos e resistências**. 1. ed. Fortaleza: Eduece, 2007, p. 94-114.

BRAGA, Rhalf Magalhães. Território, rede e multiterritorialidade: uma abordagem conceitual a partir das corporações. **Geografias**. Belo Horizonte 06(2) 26-36, 2010.

CAETANO Antônio Felipe Pereira; SANTOS, Jose Roberto (Orgs.). **Dimensão histórico cultural do desenvolvimento territorial sustentável do norte de Alagoas**. Maceió Edufal, 2011, v.1 138p.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Política de turismo e território**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

CUENCA, Manuel Alberto Gutiérrez; NAZÁRIO, Cristiano Campos. A cocoicultura nos tabuleiros costeiros alagoanos. Sua evolução entre 1990 e 2001. Aracajú: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2003. 22 p. (Embrapa Tabuleiros Costeiros. Documentos, 52).

FAO – Food and Agriculture Organization. **Statisticaldatabase** – Faostat/Agriculture, 2016. Disponível em: <<http://www.fao.org>>. Acesso em abril de 2018.

GAZETA DE ALAGOAS. Cultura do coco perde espaço para atividade hoteleira. Edição de 13 de março de 2016. Disponível em: <<http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=283879>>. Acesso em abril de 2018.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia** - Ano IX - No 17 – 2007.

_____. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. In: HEIDRICH, A. L.; COSTA, B. P.; PIRES, C.L.Z. **A emergência da multiterritorialidade: a resignificação da relação do homem com o espaço**. Porto Alegre: Ulbra/ UFRGR, 2008, p. 19 - 35.

_____. **Territórios alternativos**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Agrícola Municipal, 2018. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>>. Acesso em abril de 2018.

PAULILLO, Luiz Fernando de Oriani. Redes de poder e territórios produtivos: indústria, citricultura e políticas públicas no Brasil do Século XX. São Carlos: **RIMA/EDUFSCAR**, 2000.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. Turismo e territorialidades plurais- lógicas excludentes ou solidariedade organizacional. In: SILVEIRA, M. L.; LEMOS, A. I. G. de; ARROYO, M. **América Latina: cidade, campo e turismo**. 1ª ed. Buenos Aires: Consejo Latino americano de Ciências Sociales (CLACSO); São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006, p. 297-315.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia**. 6ªed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. 1ª ed. 1988.

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SEPLANDE. 2010. Disponível em <http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1247146349.pdf>. Acesso em junho de 2015.

SILVA, Thassia Ramalho Perciano. **Dinâmica territorial no Litoral Norte de Alagoas: considerações sobre o modelo de pousadas de charme na Rota Ecológica**. 2016. 165 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Dinâmicas do Espaço Habitado, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2016.